

## AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1925 NO CONCELHO DE AMARANTE

*António José Queirós*

O Código Eleitoral de 1913 (Lei nº3, de 3 de Julho) com as modificações que se lhe seguiram, nomeadamente a Lei nº 314, de 1 de Junho de 1915, foi o principal documento legislativo regulador dos actos eleitorais da Primeira República.

Em 1925, fruto dos referidos documentos, só podiam ser eleitores os cidadãos portugueses maiores de 21 anos, residentes em território nacional, que soubessem ler e escrever e estivessem no pleno uso dos seus direitos civis e políticos. Excluía-se as mulheres, os alienados, os indigentes, os falidos, os condenados por crime de conspiração contra a República e os que, por sentença penal, estivessem privados dos seus direitos políticos.

Não bastava, porém, ter os referidos requisitos para se ser eleitor. Era necessário, também, passar por um complexo sistema de recenseamento, apresentando o potencial eleitor um documento por si escrito, cuja letra e assinatura deveriam ser reconhecidas por um notário, salvo quando, por qualquer diploma, provasse que sabia ler e escrever; nesta circunstância bastaria apenas o reconhecimento da assinatura. A este documento teria ainda de juntar-se uma certidão de idade e um atestado de residência, passados pelas entidades competentes, isto é, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, Administrador do Concelho, Junta de Freguesia ou Regedor. Se os documentos se destinassem exclusivamente ao recenseamento eleitoral estariam isentos do pagamento de selos e emolumentos.

Este carácter restrito do sufrágio, em bases capacitárias, limitava, pois, ainda mais, o direito de voto estabelecido pelos diplomas eleitorais de 1911, que, por sua vez, retomavam as disposições estabelecidas na Lei de 8 de Maio de 1878, expurgada, no entanto, do elemento censitário.

O Partido Republicano Português (P.R.P.) ou Partido Democrático, que nos tempos da Monarquia fizera do sufrágio universal um cavalo de batalha,

implantada a República rapidamente se esqueceu dessa promessa pelo receio de que o novo regime sucumbisse nas urnas aos seus inimigos, os monárquicos, que continuavam a dominar nos meios rurais, isto é, na maioria do país que não sabia ler nem escrever.

O sufrágio universal haveria de ser, no entanto, episodicamente instituído no consulado de Sidónio Pais pelo Decreto nº 3907, de 11 de Março de 1918, embora limitado aos cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos. Este decreto seria revogado pelo Decreto nº 5184, de 1 de Março de 1919, que repunha a legislação de 3 de Julho de 1913 e de 1 de Junho de 1915. Este último decreto concedia o direito de voto aos militares no activo, mas confirmava a exclusão dos analfabetos.

Quanto aos círculos eleitorais, o Decreto nº 5376, de 11 de Abril de 1919 repunha também o estabelecido na lei de 1915, reduzindo-os de 51 para 43 na Metrópole (39 no Continente e 4 nas Ilhas) e de 11 para 8 nas Colónias.

Relativamente aos sufrágio, mantinha-se o sistema de lista incompleta para permitir a representação das minorias, com excepção dos círculos que elegiam apenas um ou dois deputados. Assim, os eleitores podiam escolher dois nomes numa lista de três deputados, três numa lista de quatro e seis numa lista de oito.

Com ligeiras alterações introduzidas em 1920 (Lei nº 941, de 14 de Fevereiro), 1921 (Decreto nº 7543, de 13 de Junho) e 1922 (Portaria nº 3150, de 11 de Abril) foi este o enquadramento legal que permitiu eleger 163 deputados no todo nacional, quatro dos quais no círculo nº 10 onde se integravam os concelhos de Penafiel (sede do círculo), Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses e Paços de Ferreira<sup>(1)</sup>.

## 2 – O contexto sócio-político

O ano de 1925 foi um dos mais agitados que se viveram em Portugal durante a Primeira República. Logo nos seus inícios, em 11 de Fevereiro, o Parlamento aprova uma moção de desconfiança que provoca a queda do governo esquerdista de José Domingues dos Santos, em funções desde 22 de Novembro de 1924.

A permanente instabilidade política, que vinha a acentuar-se desde finais de 1923<sup>(2)</sup>, o desgaste público das principais figuras partidárias e o descontentamento generalizado da população iam paulatinamente criando

um ambiente favorável à intervenção militar, a exemplo do que acontecera em Espanha, dois anos antes, com Primo de Rivera<sup>(3)</sup>.

Essa intervenção aconteceria primeiro em 5 de Março, num ataque ao Quartel-General, em Lisboa, que fracassou, e logo depois, em 18 de Abril, num golpe que juntou militares monárquicos, integralistas e nacionalistas, liderados por dois oficiais do Exército (General Sinel de Cordes e Coronel Raul Esteves) e um da Marinha (Comandante Filomeno da Câmara), que procuraram, também sem êxito, derrubar o governo liderado pelo democrático Vitorino Guimarães<sup>(4)</sup>.

O golpe seria novamente tentado, uma vez mais sem sucesso, a 19 de Julho, na sequência de uma evasão de alguns oficiais presos em S. Julião da Barra.

O julgamento dos revoltosos de 18 de Abril, oportunidade para a República demonstrar a autoridade democrática do Estado, acentuaria, pelo contrário, o descrédito a que o regime chegara. Absolvidos, os militares que se sentaram no banco dos réus seriam exaltados pelo próprio Promotor de Justiça, General Óscar Carmona, que em plena audiência afirmaria estar a Pátria doente para mandar acusar e julgar nesse tribunal "os seus filhos mais dilectos".

Embora fosse o mais poderoso partido da República, o P.R.P. estava muito longe de constituir uma formação homogénea e coesa. A divisão entre o sector mais conservador (os chamados *bonzos*), liderado por António Maria da Silva, e o sector mais avançado (os *canbotos*), cuja figura principal era José Domingues dos Santos, era uma realidade.

A situação agravar-se-ia quando os *canbotos* (que se diziam da Esquerda Democrática) em meados de Julho votaram favoravelmente uma moção de desconfiança ao governo de António Maria da Silva, poucas semanas após mais um congresso do P.R.P. que os deixara de fora do Directório do partido. José Domingues dos Santos e seus pares acabariam por ser expulsos de imediato, naquela que foi a última e a mais grave cisão do P.R.P.

O ano de 1925 foi igualmente marcado por uma forte crispação social, fruto de um alto custo de vida e de salários que não acompanhavam a inflação; embora o poder de compra da maioria da população viesse a melhorar desde 1922, era ainda muito inferior ao existente em 1914, isto é, até à eclosão da Grande Guerra.

A pequena burguesia, desiludida com a República (situação que se acentuou após a queda do governo de José Domingues dos Santos) afas-

tava-se cada vez mais da acção política, imitando, de certa forma, o operariado, que, comprometido com as correntes do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo, não saía do seu tradicional "apoliticismo"; abria-se assim o caminho ao avanço das forças conservadoras, que culminaria com o golpe de 28 de Maio de 1926.

Em Amarante, concelho predominantemente rural, a vida política tinha no Dr. António do Lago Cerqueira, que um jornal do Porto definia como sendo um "homem de muita linha, muito vinho, muito dinheiro e muita vaidade"<sup>(5)</sup>, a sua principal referência<sup>(6)</sup>. Presidente da Câmara Municipal desde 1910, com excepção do período sidonista<sup>(7)</sup>, Lago Cerqueira era um dos notáveis do P.R.P., cujo Directório integrou. Deputado por Penafiel em 1919, apresentava-se novamente por este círculo em 1925. Um outro ilustre amarantino, Dr. José Vahia<sup>(8)</sup>, se apresentaria a sufrágio, não pelo P.R.P. mas pelos rivais da Esquerda Democrática, cujo líder fora alvo, em finais do mês de Maio, da crítica mordaz de um conhecido bonzo do concelho, que se mostrava céptico quanto à implantação das ideias esquerdistas em Amarante<sup>(9)</sup>.

### 3 – O acto eleitoral

No concelho de Amarante, tal como aconteceu no resto da metrópole, as eleições de 1925 foram as mais concorridas desde as Constituintes de 1911. Na semana anterior, o jornal *Flor do Tamega* espelhava assim a situação social do país:

"A hora presente é uma hora de sacrifícios para todos, para governantes e governados, para contribuintes e consumidores, para produtores e funcionários, para ricos e para pobres"<sup>(10)</sup>.

No mesmo artigo, o jornal dirigido por Pedro Carneiro, revelando algum cepticismo relativamente à governação, afirmava que quem tinha de resolver "os graves problemas da vida nacional" era "a Nação"<sup>(11)</sup>. Sem tomar qualquer posição relativamente às forças políticas em presença, terminava assim o seu artigo: "O concelho de Amarante vai votar a favor de quem lhe mereça a sua confiança política e defesa [sic] os seus interesses"<sup>(12)</sup>.

Por esta altura, circulava nos concelhos do círculo nº 10 uma folha sem indicação de data nem de local intitulada *Folhas Soltas*<sup>(13)</sup>, aparecendo no cabeçalho, como Editor, o nome de Arnaldo Faria<sup>(14)</sup>. O seu escopo era

muito claro: atacar sem qualquer contemplação os elementos da Esquerda Democrática, que apelida de "partido bolcheviki" e fazer a propaganda da lista do P.R.P. Num registo maniqueísta, esta folha, comparando as duas formações políticas, incentivava os leitores a opor "o Direito à Violência, a Moral ao Escândalo, a Justiça ao Crime". Classificando José Domingues dos Santos de "Lénine Português", questionava igualmente as ideias políticas de Alberto Cruz, José Vahia e, curiosamente, José Novais, que, ao contrário do que aí se afirma, não concorreu pela Esquerda Democrática mas pelo Partido Republicano Nacionalista. Fê-lo nestes termos:

"As ideias políticas destes cavalheiros, vede bem, leitores, são as ideias do Dr. José Domingues dos Santos, ideias *bolchevistas*, horrorosas, sem respeito pelo Direito que é a base de uma boa sociedade!

As ideias políticas do chefe e dos subalternos consistem na *divisão da propriedade, socialização dos capitais e usurpação dos lugares* pelo nivelamento social.

É o absurdo sobre o censo comum!

Negai-lhe o voto se não quereis aumentar as cores negras do quadro, e para que, amanhã, arrependidos, não tenhais de lançar mão das armas para vencer e derrubar os mesmos que hoje ides ajudar a subir!

Já o disse: todos aqueles que comungam das ideias do chefe, que o auxiliam e aplaudem, são como ele responsáveis pela consequência do seu trabalho infernal".

Foi, pois, neste ambiente de forte crispação social e política que tiveram lugar as eleições de 8 de Novembro de 1925.

O concelho de Amarante, integrando, como atrás se disse, o círculo nº 10 com sede em Penafiel, era composto por sete assembleias, que integravam várias freguesias<sup>(15)</sup>:

Nº 1 – *S. Gonçalo* (Fregim, S. Veríssimo, Madalena, Cepelos e S. Gonçalo);

Nº 2 – *Gondar* (Carneiro, Carvalho de Rei, Bustelo, Salvador, S. Simão, Jazente, Lomba, Lufrei, Padronelo e Gondar);

Nº 3 – *Sanche* (Ansiães, Candemil, Aboadela, Várzea e Sanche);

Nº 4 – *Fridão* (Canadelo, Rebordelo, Vila Chã e Fridão)

Nº 5 – *Telões* (Aboim, Chapa, Gatão, Vila Garcia, Freixo de Cima, Freixo de Baixo e Telões);

Nº 6 – *Mancelos* (Santa Cristina, Figueiró, Travanca e Mancelos);

Nº 7 – *Ataíde* (Louredo, Passinhos, Vila Caiz, Real, Oliveira e Ataíde).

O círculo nº 10 elegia quatro deputados. Às maiorias (procurando, pois, eleger três deputados) concorreu o P.R.P. com os seguintes candidatos: António Joaquim Machado do Lago Cerqueira (Amarante), Armando Pereira de Castro Agatão Lança (Baião) e Luís Gonzaga da Fonseca Moreira (Felgueiras); às minorias concorreram: Esquerda Democrática (E.D.), com Alberto Carneiro Alves da Cruz (Freamunde - Paços de Ferreira), José Mendes Vahia de Sousa Carneiro (Amarante) e Augusto Brochado Coutinho (Marcode Canaveses), Partido Republicano Nacionalista (P.R.N.), com José Novais de Carvalho Soares de Medeiros (Vila Cova da Lixa - Felgueiras), um católico, Josué Francisco Trocado (Póvoa de Varzim) e um independente, Raul Augusto Esteves (Lisboa). Os números oficiais<sup>(16)</sup> da participação dos eleitores de Amarante foram os seguintes:

Quadro nº.1

Assembleia	Inscritos	Abstenções	Votantes
S. Gonçalo	644	106	538
Gondar	856	239	617
Sanche	460	128	332
Fridão	394	98	296
Telões	685	192	493
Mancelos	946	167	779
Ataíde	478	83	395
Total	4463	1013	3450

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar. Actas da eleição de Deputados pelo Círculo nº. 10 - Concelho de Amarante (S. IX, Caixa nº. 414)

Quadro nº.2

	Candidatos	S. Gonçalo	Gondar	Sanche	Fridão	Telões	Mancelos	Ataíde	Total de votos
P.R.P.	António Joaquim Machado do Lago Cerqueira	412	318	178	171	329	412	130	1950
P.R.P.	Armando Pereira de Castro Agatão Lança	150	105	74	60	98	160	56	703
P.R.P.	Luís Gonzaga da Fonseca Moreira	340	304	168	132	310	428	118	1800
P.R.N.	José Novais de Carvalho Soares de Medeiros	272	214	109	114	238	268	82	1297
IND.	Raul Augusto Esteves	8	110	113	10	10	134	115	500
CAT.	Josué Francisco Trocado	18	55	20	28	32	58	89	300
E. D.	Alberto Carneiro Alves da Cruz	108	138	36	97	132	207	82	800
E. D.	José Mendes Vahia de Sousa Carneiro	198	157	66	149	168	239	123	1100
E. D.	Augusto Brochado Coutinho	108	138	36	97	132	207	82	800

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar. Actas da eleição de Deputados pelo Círculo nº. 10 - Concelho de Amarante (S. IX, Caixa nº. 414)

Para um universo total de 15047 votantes no círculo nº 10, a votação dos candidatos foi a seguinte<sup>(17)</sup>:

Quadro nº. 3

Candidatos	Votos
Luís Gonzaga da Fonseca Moreira	6846
Armando Pereira de Castro Agatão Lança	6688
António Joaquim Machado do Lago Cerqueira	6420
José Novais de Carvalho Soares de Medeiros	6141
José Mendes Vahia de Sousa Carneiro	4460
Alberto Carneiro Alves da Cruz	4521
Augusto Brochado Coutinho	2982
Raul Augusto Esteves	2698
Josué Francisco Trocado	2131

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar. Actas da eleição de Deputados pelo Círculo nº. 10 – Apuramento Geral (S. IX, Caixa nº 414)

Face a estes resultados, foram eleitos os quatro candidatos mais votados, isto é, os do P.R.P. e o do P.R.N. A Esquerda Democrática falhava a eleição de um deputado, pese embora o facto de os seus candidatos terem vencido no concelho de Penafiel<sup>(18)</sup>. Segundo a *Flor do Tamega*, o Partido Republicano Português desdobrou a sua votação no candidato do Partido Nacionalista<sup>(19)</sup>, o que explicará não só a diferença significativa de votos entre José Novais (P.R.N.) e José Vahia (E.D.) no conjunto do círculo, mas, sobretudo, a derrota do advogado amarantino no seu próprio concelho. Em Amarante, ainda segundo a *Flor do Tamega*, as eleições decorreram "com a maior normalidade e com grande afluência às urnas"<sup>(20)</sup>. Porém, a análise às votações da Assembleia nº 7 levanta sérias dúvidas quanto à seriedade do acto eleitoral, nomeadamente pela forma massiva como os eleitores de Ataíde e Louredo participaram, sem que houvesse uma única abstenção<sup>(21)</sup>. Ora, como se calcula, não deveria ser nada fácil convencer todos esses eleitores, nomeadamente os de Louredo, a deslocarem-se a Ataíde, que fica a alguns quilómetros de distância, para depositarem o seu voto na urna.

Caso tenha havido fraude, Ataíde não foi uma excepção. Muitos foram os periódicos que denunciaram situações fraudulentas. O *Jornal de Penafiel*, por exemplo, em artigo intitulado "Os inimigos da República", dizia:

"Findou o período das lutas eleitorais, que foram um verdadeiro sudário de falcatruas, de ignomínias e de torpezas. Fizeram-se os mais extra-

vagantes e maquiavélicos cambalachos para derrotar a Esquerda Democrática e conservar o branco-azul desta República de vampiros e cabotinos<sup>(22)</sup>.

Mas não se pense que foram apenas os da Esquerda Democrática a ter razões de queixa. De uma forma geral, todas as formações políticas protestaram alegando irregularidades não só durante o acto eleitoral, como posteriormente no apuramento final. Até o P.R.P., que venceu folgadamente as eleições e em quem recaía grande parte das suspeitas, se queixou de que em Lamego, à mão armada, não haviam deixado votar os delegados de um seu candidato<sup>(23)</sup>.

A imprensa da época, obviamente não deixou de denunciar o que se passou de norte a sul do país. Com base nesses testemunhos e nos inúmeros protestos que se encontram no Arquivo Histórico-Parlamentar, pode afirmar-se, tal como o fez há anos um historiador, que as eleições de 1925 foram "as mais fraudulentas e indecorosas" da Primeira República<sup>(24)</sup>.

#### Notas:

1 – Sobre o assunto, vd. A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *História da 1ª República Portuguesa – As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s/d (1978) e Pedro Tavares de Almeida (Org. e Int.), *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

2 – É disso exemplo o número de governos (8) desde Novembro de 1923 até às eleições de 1925, que dá uma média de três meses para cada governo.

3 – O apelo explícito à intervenção do exército remontava justamente a finais de 1923 e aconteceu numa célebre conferência proferida por Cunha Leal na Sociedade de Geografia de Lisboa. Vd. Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Portugal-Brasil, s/d., p. 187.

4 – Este governo, que tomou posse em 15 de Fevereiro, aguentar-se-ia até 1 de Julho de 1925.

5 – Vd. A Tribuna, 15/11/1925, p. 2.

6 – António Joaquim Machado do Lago Cerqueira, abastado proprietário e vitivinicultor, nasceu em Amarante no dia 11 de Outubro de 1881. Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, adquiriu em Bordéus e em Paris formação em Agronomia e Enologia. Foi eleito deputado por Penafiel em 1919 e 1925, tendo integrado a Comissão de Agricultura. Foi Ministro do Trabalho num governo presidido por António Maria da Silva (1 de Julho a 1 de Agosto de 1925). No mesmo período, embora interinamente, exerceu as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Exilado a partir de 1927, regressaria mais tarde a Amarante onde viria a falecer a 20 de Outubro de 1945.

Na segunda linha do P.R.P. em Amarante surgem, entre outros, os nomes de Artur da Mota Alves, Bento Correia de Magalhães, Antero Brochado, António Balbino de Carvalho, António Teixeira Pinto, Artur Coutinho, Rodrigo Ferreira da Cunha, Alcino dos Reis, etc.

7 – De 1910 até ao final da República, com a excepção referida, António do Lago Cerqueira foi o Presidente da Câmara Municipal de Amarante. Perderia momentaneamente o lugar (pouco mais de um ano), após o acto eleitoral de 11 de Novembro de 1917, para uma coligação de monárquicos, evolucionistas e independentes liderada por José Emídio de Souza Cardoso, da Casa de Manhufe, Mancelos. Para a derrota de Lago Cerqueira e seus pares contribuíram de forma decisiva (segundo um testemunho da época, Fernando Ferreira Cardoso, da Casa da Pena, Vila Caiz, ) "os elementos componentes do antigo concelho de Santa Cruz (Vila Meã) que foram lealíssimos e dedicados, e constituíram um



«baluarte» inexpugnável..." Cit. in Armando B. Malheiro da Silva e Luís Pimenta de Castro Damásio, *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000, p. 180.

8- José Mendes Vahia de Sousa Carneiro, advogado e proprietário, nasceu em Amarante, freguesia de S. Gonçalo, em 28 de Outubro de 1887 e aí veio a falecer em 21 de Dezembro de 1950. O seu relacionamento com José Domingues dos Santos data, pelo menos, de Fevereiro de 1925, como o comprova uma notícia da *Flor do Tamega* de 1 de Março desse ano, que dava conta da deslocação a Amarante, dois dias antes, do líder da Esquerda Democrática para conferenciar com José Vahia sobre as eleições que nesse ano teriam lugar.

9- Em artigo assinado por Artur Coutinho, intitulado "O José Domingues em Amarante", este republicano de Travanca escrevia: "Estamos em frente duma política, que, há tempos, era uma espécie de brasa a que faltasse coragem para abrir em chama. Quer dizer, não havia quem desse nos foles. O homem aparece e a chama faz-se, ainda que brandamente.

Não tendo, porém, produzido calor bastante, foi, contudo, muito discutida pelo imprevisito. [...] Há, no entanto, por aí, quem a classifique de incêndio respeitável. [...]

Acho [...] tão impossível que o José Domingues chegue a criar raízes em Amarante, como acho impossível que um carvalho possa dar castanhas". Vd. *Flor do Tamega*, 31/5/1925, p. 1.

10 – *Flor do Tamega*, 1/11/1925, p. 1.

11 – *Ibidem*.

12 – *Ibidem*.

13 – Impresso apenas numa página, o "jornal" deu entrada na Biblioteca Pública Municipal do Porto em 13 de Outubro de 1925. Muito provavelmente teve origem em Felgueiras, concelho donde era natural Arnaldo Faria.

14 – Arnaldo Brochado de Sousa Faria, proprietário, era natural da freguesia de Margaride, concelho de Felgueiras. Exerceu várias funções no jornal *Defeza de Felgueiras*: foi Editor, Redactor, Administrador e (de 3/1/1920 a 21/8/1921) Proprietário. O Director era o Dr. Luís Gonzaga [da Fonseca Moreiral], que foi candidato do P.R.P. pelo círculo nº 10 às eleições de 1925.

Arnaldo Faria, que vivia na Casa da Torre, em Idães, faleceu em Margaride em 24 de Novembro de 1926. Tinha 32 anos de idade.

15 – As mesas de voto das sete assembleias do concelho de Amarante tinham a seguinte composição: *S. Gonçalo*

Secretários: Avelino Teixeira da Silva e António Teixeira S. Carvalho;

Escrutinadores: Dr. António Mendes Vahia de Sousa Carneiro, Luís Monteiro de Carvalho Lima, Luís Alves Sardoeira e António Alves de Faria Júnior. Nas actas não são indicados os nomes dos Suplentes. *Gondar*

Secretários: Sertório Pereira Dias e José Fortunato Pereira;

Escrutinadores: Eduardo Teixeira da Silva, Manuel Teixeira da Mota e Castro, Manuel Augusto Ribeiro Borges e Augusto Pereira Guedes;

Suplentes: Diogo Ferreira da Costa e António Alves da Costa.

*Sanche*

Secretários: Joaquim Pereira Cerqueira e José Teixeira de Miranda;

Escrutinadores: António Guedes de Carvalho, Manuel Gomes Leite, Eduardo Teixeira e Amadeu Joaquim Gonçalves da Silva;

Suplentes: Vitorino de Seixas e Afonso Ribeiro.

*Fridão*

Secretários: João Pereira de Carvalho e Arnaldo Vitorino da Cruz;

Escrutinadores: Manuel Pinheiro Garcia, José da Silva Costa, Albino Pinto Marques e Manuel Vitorino da Cruz;

Suplentes: Joaquim da Costa Oliveira e Rodrigo da Costa Oliveira.

*Telões*

Secretários: Agostinho Manuel Ribeiro e Joaquim Teixeira de Carvalho;

Escrutinadores: Alfredo Teixeira Barbosa, Manuel da Conceição Fragoso, Francisco Teixeira Maia e José Sampaio de Vasconcelos;

Suplentes: Manuel Correia de Andrade e José Pereira da Silva.

*Mancelos*

Secretários: António Pinheiro de Magalhães e Artur Teixeira;

Escrutinadores: Carlos da Silva Lopes, Américo Taveira de Vasconcelos, Bento Correia de Magalhães e João Teixeira de Carvalho;

Suplentes: António Manuel Nunes e José Teixeira da Silva Júnior.

*Ataíde*

Secretários: Joaquim Teixeira Guedes e Joaquim Teixeira Pinto;

Escrutinadores: Cipriano dos Santos Pereira Baptista, Alberto Augusto de Lima, António Pereira Gouveia e António Pinto Marques;

Suplentes: Adelino Magalhães e António Ferreira de Moraes.

16 – Os números oficiais são, naturalmente, os que constam das actas; porém, a análise das descargas dos cadernos eleitorais apresenta números ligeiramente diferentes, como se dá conta nos seguintes quadros:

Assembleia nº. 1

*S. Gonçalves*

	Inscritos	Abstenções	Votantes
Fregim	139	25	114
S. Veríssimo	63	8	55
Madalena	68	8	60
Cepelos	94	13	81
S. Gonçalves	280	51	229
Total	644	105	539

Assembleia nº. 4

*Fridão*

	Inscritos	Abstenções	Votantes
Canadelo	65	14	51
Rebordelo	111	24	87
Vila Chá	130	43	87
Fridão	88	19	69
Total	394	100	294

Assembleia nº. 2

*Gondar*

	Inscritos	Abstenções	Votantes
Carneiro	31	8	23
Carvalho de Rei	38	14	24
Bustelo	88	25	63
Salvador	96	24	72
S. Simão	115	29	86
Jazente	67	13	54
Lomba	74	27	47
Lufrei	99	31	68
Padronelo	84	25	59
Gondar	164	36	128
Total	856	232	624

Assembleia nº. 5

*Telões*

	Inscritos	Abstenções	Votantes
Aboim	68	28	40
Chapa	35	9	26
Gatão	99	31	68
Vila Garcia	48	17	31
Freixo de Cima	109	30	79
Freixo de Baixo	61	17	44
Telões	265	54	211
Total	685	186	499

Assembleia nº. 3

*Sanche*

	Inscritos	Abstenções	Votantes
Ansiães	87	17	70
Candemil	87	16	71
Aboadela	101	18	83
Várzea	37	5	32
Sanche	148	73	75
Total	460	129	331

Assembleia nº. 6

*Mancelos*

	Inscritos	Abstenções	Votantes
S. Cristina	140	20	120
Figueiró	299	43	256
Travanca	199	34	165
Mancelos	308	70	238
Total	946	167	779

## Assembleia nº. 7

*Ataíde*

	Inscritos	Abstencões	Votantes
Louredo	30	0	30
Passinhos	9	3	6
Vila Caiz	163	45	118
Real	152	36	116
Oliveira	40	6	34
Ataíde	84	0	84
Total	478	90	388

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Cadernos Eleitorais do concelho de Amarante (S. IX, Caixa nº. 414)

17 – Para além destes candidatos, tiveram votos os seguintes cidadãos (não concorrentes a este círculo): Afonso Costa – 3 votos; Paulo Falcão – 2 votos; Francisco Mesquita – 1 voto.

18 – No concelho de Penafiel, a votação (não oficial) foi a seguinte: José Vahia – 1153 votos; Alberto Cruz – 1150; Brochado Coutinho – 1147; Agatão Lança – 1076; Luís Gonzaga – 918; José Novais – 574; Lago Cerqueira – 553; Raul Esteves – 376; Josué Trocado – 0. Vd. Flor do Tamega, 15/11/1925, p. 2.

19 – Flor do Tamega, 15/11/1925, p. 1.

20 – Ibidem.

21 – Vd. nota nº 16, Assembleia nº 7. As dúvidas relativamente à votação em Ataíde são reforçadas pela leitura de um texto (intitulado "Eleições") do correspondente da Flor do Tamega em Vila Meã (que assinava com o pseudónimo de Anto), datado do dia 27 de Novembro e publicado na edição do dia 29; escrevia Anto:

"O edifício da assembleia eleitoral daqui não chegou a abrir a sua porta para os actos eleitorais. Ainda bem. Era uma casa acanhada, sem luz, e quase subterrânea. Era a escola de instrução primária do sexo feminino de Ataíde!

Por consequência as urnas daqui, como as de todo o concelho, não se mostraram favoráveis a este ou aquele porque não chegaram a funcionar.

O eleitorado não chegou a sair de casa.

No resto do país quem venceu foi a moagem, os monopólios, os exploradores".

Poderá argumentar-se que Anto estivesse a referir-se apenas às eleições municipais de 22 de Novembro, que uma lista liderada por Lago Cerqueira venceu sem oposição. Porém, porque fala de actos eleitorais, fica a dúvida se não se referiria também às eleições do dia 8, extrapolando para todo o concelho o que eventualmente se teria passado em Ataíde. Como curiosidade, diga-se que também nas eleições para as Juntas de Freguesia, que se realizaram a 6 de Dezembro, só houve votações em Travanca, Real, Figueiró, Fridão e Salvador. Nesta última freguesia concorreram listas do P.R.P. e da Esquerda Democrática; a vitória foi do P.R.P. Vd. Flor do Tamega, 13/12/1925, p. 2.

22 – Jornal de Penafiel, 10/12/1925, p. 1.

23 – Jornal de Notícias, 9/11/1925, p.1. O candidato do PRP era António de Paiva Gomes, que foi eleito.

24 – Vd. Fernando Farelo Lopes, Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 159.

